

05 JAN 1991

GAZETA MERCANTIL — S

• Política

LEGISLATIVO

CASA GR

Congresso Nacional

Sem certeza de quórum, o Congresso reabre para apreciar medidas polêmicas

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A política salarial volta-
rá a ser o principal tema do
Congresso quando o senador Nelson Carneiro
(PMDB-RJ) abrir, às 18h30
desta segunda-feira, a ses-
são que marcará o início da
convocação extraordinária
do Legislativo. Não será,
no entanto, o único assunto
polêmico. Na última sexta-
feira, líderes partidários e
governistas manifestaram
opiniões divergentes sobre
as medidas que tratam de
aluguéis, Imposto sobre a
Propriedade Territorial
Rural (ITR) e extinção ou
privatização do Lloyd Bra-
sileiro.

Além de divergências em
torno do mérito das maté-
riais, o Congresso reabre
seus trabalhos com uma
expectativa: conseguir ou
não reunir um número mí-
nimo de 248 deputados e 38
senadores para apreciar as
cinco medidas provisórias.
Estão previstas para esta
segunda e terça-feira as
chegadas, em Brasília, dos
líderes do PMDB, PFL,

PSDB, PDS, PTB e dos
partidos de esquerda. Res-
ta saber se as bancadas
atenderão à convocação
feita pela mesa do Congres-
so, dúvida levantada por
algumas lideranças.

O líder do governo, sena-
dor José Ignácio Ferreira
(PST-ES), demonstrou otí-
mismo, na última sexta-fei-
ra, quanto à possibilidade
de haver acordo para apro-
var — mesmo que com al-
gumas divergências — três
medidas provisórias: a 288,
que trata da privatização
ou extinção do Lloyd Bra-
sileiro; a 289, referente ao
ITR; e a 290, que regula os
reajustes das mensalida-
des escolares. Para ele, a
medida que trata do ITR
deverá gerar alguma polé-
mica, mas superável, as-
sim como a que se refere ao
Lloyd Brasileiro. Ele pre-
viu, por exemplo, que o lí-
der do PTB, deputado Gaston-
te Righi (SP), deverá questionar
esta última medida, já que defende in-
teresses dos marítimos. Mas
não acredita que isso invia-
bilize a aprovação.

Quanto às medidas que
tratam de salário e alu-
guéis, José Ignácio não
soube prever o que poderá
acontecer. "O salário será
o tema mais polêmico", ga-
rantiu. Quanto à medida
referente à cobrança das
mensalidades escolares, o
senador acha que a nova
fórmula traçada pelo go-
verno deverá abrir cami-
nho para o entendimento.

A privatização do Lloyd
Brasileiro deverá, porém,
encontrar outras resistên-
cias. O líder em exercício
do PDT, deputado Brandão
Monteiro (RJ), disse na
sexta-feira que só aceitará
a privatização se ela for
restrita às empresas nacio-
nais. Ele afirmou também
que seu partido irá emen-
dar a medida que trata do
ITR, porque considera que,
como está, o texto "favorece
os latifundiários".

Já com relação à Medida
Provisória 292, que trata da
livre negociação salarial,
Brandão acha a reedição
inconstitucional, por con-
siderar que a Medida Provi-
sória 273 (que tratava do

mesmo assunto) foi rejeita-
da com a aprovação do pro-
jeto de conversão prefixan-
do preços e salários. O líder
em exercício do PMDB, de-
putado Ubiratan Aguiar,
adiantou que considera di-
fícil um novo acordo em
torno do assunto, por causa
do voto presidencial ao pro-
jeto de conversão do Con-
gresso. Dentro dessa dis-
cussão, o líder do PCB, de-
putado Roberto Freire
(PE), chegou a levantar a
possibilidade da Câmara
discutir a rejeição da medi-
da 292. O problema, no en-
tanto, poderá ser o abono
embutido no texto.

Na sessão desta segun-
da-feira, Nelson Carneiro vai
ao ato de convocação do
Congresso e as medidas,
solicitando também aos li-
deres partidários que indi-
quem os relatores. As me-
didas 288, 289, e 290 precisa-
rão ser apreciadas com
mais urgência, elas foram
editadas em dezembro e
perdem a validade no dia
16. Já a apreciação da 291 e
292 poderá estender-se até
31 de janeiro.